

Philippe Breton
A Utopia da Comunicação
Lisboa, Instituto Piaget, 1994
Excertos

A «SEGUNDA GUERRA DOS TRINTA ANOS»

Como analisar o período que decorre entre 1914 e 1945, no fim do qual a comunicação vai progressivamente impor-se como um valor? O historiador clássico separa, distingue e analisa um após outro os acontecimentos. Não existirá, todavia, uma unidade de conjunto quando, tradicionalmente, se coloca de um lado a guerra de 1914-1918, do outro a guerra de 1939-1945, quando a escalada do nazismo parece um fenómeno estanque em relação à instauração da ditadura bolchevista, quanto, por um lado há os «massacres típicos da barbárie fascista» e do outro, as «lamentáveis, mas sempre necessárias destruições de objectivos civis»?

Encarados sob um certo ângulo, o conjunto dos factos que se desenrolam no mundo ao longo desses trinta anos revelam uma lógica comum que ultrapassa de longe a análise dos próprios factos, ainda que cada um desses acontecimentos possa remeter localmente para contextos diferentes e se inscreva em histórias particulares.

A «segunda guerra dos Trinta Anos» – ou seja, o conjunto dos acontecimentos mundiais que se desenrolam a partir do primeiro sinal de fogo da guerra de 1914-1918 até às terríveis explosões de Hiroshima e de Nagasaki – é, com efeito, um todo onde se confundem dramaticamente, de um extremo ao outro do planeta, os confrontos nacionalistas, a explosão mortífera do nazismo e do fascismo, a prática do genocídio contra os judeus e ciganos, a implicação das populações civis como principais vítimas dos conflitos, os campos estalinistas e os crimes cometidos em nome da ideologia comunista, a incapacidade das democracias para pôr em prática um verdadeiro humanismo e o fracasso da utopia educativa, e ainda a utilização massiva das ciências e das técnicas, com fins destrutivos e a invenção e utilização de técnicas de propaganda degradantes.

A expressão «Guerra dos Trinta Anos do século xx», utilizada quer pelo historiador norte-americano Arno Mayer quer mais recentemente por George Steiner, parece particularmente apropriada para designar de modo global esse momento decisivo da nossa história contemporânea. O importante aqui é, sem dúvida, que todos esses acontecimentos se encadearam num movimento mundial e corresponderam, afinal, a um aprofundamento

massivo dos valores, ao descrédito das ideologias tradicionais e talvez, à mais ampla renovação cultural que a Humanidade conheceu até ao presente.

Se aceitarmos, por instantes, renunciar a encarar esse período como uma simples acumulação de dramas sem relação uns com os outros ou como uma simples luta que opunha as boas democracias aos maus totalitarismos, veremos que então, no coração do século que mais esperanças depositara no progresso e no conhecimento, se assiste ao desencadear da maior barbárie que a Humanidade jamais pôde alguma vez conhecer. Mais grave ainda, contudo, é, sem dúvida, o facto de a maioria dos crimes cometidos nesse período terem sido feitos em nome de uma legitimidade pensada e consciente.

George Steiner encoraja-nos a conduzir a investigação nessa direcção: **“Considero irrisória toda a teoria da cultura, toda a análise das condições presentes que não considere como questão fundamental os mecanismos de terror que levaram à morte, na Europa e na Rússia, desde o começo da primeira guerra mundial até ao fim da segunda, pela fome ou por massacres sistemáticos, setenta milhões de seres humanos”**.

Verifica-se, contudo, neste aspecto, uma coincidência estranha: da mesma forma que muito poucos autores se mostram interessados pelas origens históricas da «sociedade de comunicação», também a análise das consequências do que se passou em meados do século sobre o período actual não tem suscitado muitas vocações. A uma modernidade sem causa e sem passado, parece corresponder uma barbárie sem efeito e sem futuro. Não faltará um «elo» na cadeia da nossa memória?

A VIRAGEM DE 1942

O ano de 1942, aquele em que Wiener justamente começa a propor uma «alternativa», não apenas à ciência clássica, mas à organização tradicional das sociedades, representa uma grande viragem não só na história da Segunda Guerra Mundial ou mesmo do conflito mundial que dura desde 1914, mas igualmente na história mundial. A história e a moral vão nesse ano mergulhar juntas no horror. **No plano histórico, 1942 é a verdadeira viragem da «Guerra dos Trinta Anos». Esse ano é o ponto de resolução de todas as tensões acumuladas desde o princípio do século, o momento preciso em que a barbárie organizada retornará em pleno ao centro da modernidade.**

A partir do Inverno de 1941-1942, a guerra torna-se, plenamente e em todos os lados, uma guerra «ideológica». Para os nazis, trata-se de uma guerra de «cruzados» contra a «barbárie» ao mesmo tempo bolchevista, judaica e asiática, uma guerra que devia ser

rapidamente ganha. A guerra a Leste marcará o começo de massacres alucinantes a partir do fim de 1941. O fracasso da operação *Barba Ruiva* - do nome do imperador germânico, chefe da terceira cruzada, que no século XI tinha também combatido nos territórios de Leste - vai originar, segundo Arno Mayer, para além do massacre, quase sistemático em certos casos, de prisioneiros de guerra soviéticos, a aplicação do genocídio organizado contra os judeus sobre quem recai o «furo ideológico» dos nazis.

No coração do século XX, o mais moderno e o mais civilizado que a Humanidade conheceu, vemos nascer por toda a parte uma concepção a que os bárbaros mais selvagens apenas recorriam com grande parcimónia: a destruição sistemática das populações civis. É evidente que houve sempre massacres de civis, sobretudo durante essa outra guerra ideológica que foi a primeira guerra dos Trinta Anos, que devastou a Europa no século XVII. Existe, porém, desse ponto de vista, uma diferença essencial: enquanto os massacres do passado haviam conduzido à criação progressiva de barreiras jurídicas e morais, a fim de os limitar e situar, afinal, à margem da lei, enquanto esses massacres eram sempre limitados no tempo, os assassinatos colectivos do século XX implicaram uma dissolução consciente e organizada dessas barreiras que nada poderia deter se a guerra não tivesse acabado.

O ano de 1942 marca uma mudança global das condições em que o conjunto dos protagonistas conduzem as operações militares. Arrastados no imenso turbilhão da violência desencadeada pelos nazis, os Aliados tomam nessa altura uma decisão «técnica» aparentemente sem interesse, mas que terá importantes repercussões no plano humano e no plano ético, mesmo ainda hoje: o uso da força aérea directamente contra as populações civis.

A brutalidade e a política mortífera dos nazis perante as populações civis não tinham nenhuma justificação técnica ou estratégica, tendo mesmo mobilizado certas forças e recursos que, do seu ponto de vista, teriam sido mais úteis ao combate, já que a estratégia dos nazis é dominada por uma exacerbada ideologia de exclusão. A brutalidade da utilização das forças aéreas dos países democráticos contra as populações civis da Alemanha e dos países ocupados ou dominados pelos nazis não tinha qualquer justificação técnica ou estratégica, mas testemunha, de facto, que os Aliados, sobretudo anglo-americanos, não estavam protegidos da tentação de pôr em prática um estratégia que visasse considerar deliberadamente o civil como um alvo de guerra legítimo. Essa estratégia conduzirá, juntamente com a utilização massiva da ciência, aos bombardeamentos da Hiroshima e de Nagasaki, que talvez nunca tivessem acontecido se não estivessem inseridos numa política de conjunto.

O furo ideológico que levou ao genocídio não é em nada comparável à política racional dos Aliados que decidem sobre o emprego de armas contra os civis por razões de

«eficácia militar». Tudo isso, porém, intervém num contexto global em que a degradação das condições morais e sobretudo do valor do homem leva a legitimar todos os excessos. Como se chegou a isso, em meados do século XX? Como se pode verificar esse processo de afundamento de valores, sobretudo daqueles que desabrocharam no século das Luzes? Por que razões, como se interroga Steiner, «as tradições e os modelos de conduta humanistas não serviram de barreira à selvajaria política»?

O AFUNDAMENTO DE VALORES

A «Guerra dos Trinta Anos» é o momento de uma transformação importante no plano dos valores. Nenhuma sociedade escapa à necessidade daquilo a que Pierre Legendre chama a «constituição normativa do humano» e que consiste em propor aos seus membros uma definição – mesmo implícita – do que é um homem. As definições «étnicas» que se adoptam durante um longo período da Humanidade, praticamente até à construção dos Estados-nações modernos, eram cómodas pois permitiam designar o «estranho», aquele que não faz parte da «Humanidade», a partir do critério de exterioridade em relação à etnia em si mesma.

As grandes misturas sociais devidas às invasões e às modernas flutuações de população obrigaram rapidamente a colocar o problema de outro modo, em virtude do afrouxamento dos laços feudais. A grande corrente nascida da *Revolução Francesa* e das *Luzes* traz consigo uma inovação ao designar todo o homem como um «ser humano», dotado de direitos naturais pelo simples facto de existir e não em função da sua etnia ou do seu nascimento. A abolição da servidão e, depois da escravatura, marca as etapas desse alargamento da Humanidade a todos os homens. O problema parecia definitivamente resolvido. No entanto, em pleno século XVIII, a questão de saber «o que é um homem», mesmo no interior das sociedades constituídas pelos Estados-nações, vai regressar de forma lancinante e dentro de uma forma «moderna». Essa questão impõe-se num contexto histórico marcado pela coexistência das mais loucas esperanças modernistas e pela persistência muito forte, como bem demonstra Arno Mayer, dos traços mais negativos da sociedade feudal e do Antigo Regime.

Toda uma rede de justificações concretas entrará, então, em funcionamento, para legitimar, nos diferentes meios, a ideia de que certos membros da sociedade não são homens e a sua aparência de humanidade é mesmo de certa maneira, uma ameaça. **Por isso, vemos nascer, então, algumas teorias vagas mas seguras de um certo sucesso, que estabelecem distinções entre os «verdadeiros homens» e os seres que teriam apenas a «aparência do homem» ou aqueles que, «degenerados», já não seriam dignos de fazer parte da humanidade. Essa acção normativa não tem muito a ver com o modo tradicional de encarar o «selvagem», o**

«índio», o «primitivo», que praticamente todos estão de acordo ainda em considerar, no século XIX, como não existindo ou não sendo homens. Essa operação de distinção interna, que visa restringir as fronteiras da Humanidade ao interior de um determinado grupo social, vai desembocar, como se sabe, sobretudo na formulação de teorias de exclusão de que decorrerá, no contexto da guerra ideológica, uma série de passagens a actos mortíferos.

O século XIX merecerá então o título, pouco glorioso, de inventor da exclusão mortífera?

O fenómeno não terá existido desde sempre e esses mesmos assassínios não terão proliferado no passado? Impõem-se, a este respeito, duas observações. A primeira incide no facto de que, até ao fim do Antigo Regime, a vida humana tinha apenas pouco valor, tanto no plano moral como no plano jurídico. A ambiência geral estava fortemente marcada por uma esperança de vida reduzida, por uma tolerância da violência muito mais elevada, uma omnipresença da doença e da morte, uma mortalidade infantil incrivelmente elevada que, segundo a fórmula de Marc Bloch, «não deixava de endurecer um pouco os sentimentos perante as mortes quase normais».

A evidente mudança surgida nos séculos XVIII e XIX consiste na ideia de que toda a vida humana é preciosa. O sucesso da ciência explica-se em parte pela sua promessa de aumento generalizado das condições sanitárias e das condições de vida, pelo anúncio de que a morte e a doença vão de futuro poder diminuir e talvez mesmo desaparecer, um dia. O nível de violência alcançado sob o Antigo Regime e antes – por exemplo, durante as lutas religiosas – deve, pois, interpretar-se num contexto em que a vida humana não tinha grande valor.

A grande novidade do século XIX é que as teorias violentas da exclusão renascem na mesma altura em que se continua a afirmar em paralelo a primazia da vida humana. Não é, pois, possível sustentar o argumento segundo o qual, sob o efeito das guerras e do seu cortejo de «violências inevitáveis», a vida humana teria de novo sofrido, no século XX, uma desvalorização, e que o racismo e a exclusão seriam, assim, uma consequência terrível mas lógica desses acontecimentos trágicos. A fronteira que separa quem é o homem de quem não é entra, de facto, em movimento antes da nova «guerra dos Trinta Anos» e justamente em pleno período de relativa paz.

A segunda observação é que, a partir do momento em que se está de acordo em considerar como novidade histórica esse processo de exclusão interna, ele passa a ser frequentemente identificado apenas com o racismo. É óbvio que o racismo, enquanto teoria constituída, aparece realmente no século XIX em toda a sua singularidade. Todavia, a força do tema da «hereditariedade malfazeja», do «homem criminoso» ou «degenerado», a força perversa das teses eugénicas, demonstram que a ideia de raça não é a única forma de

apontar aquele que é preciso rejeitar para lá das fronteiras da Humanidade. O racismo faz parte de uma ideologia de exclusão mais global, que se não prende apenas com o critério de raça e que, de repente, revela um outro alcance e adaptabilidade. Apenas essa distinção permite, por exemplo, compreender o contributo específico de Nietzsche em relação às políticas mortíferas de exclusão no século XX, enquanto o filósofo não desenvolve uma teoria racista no estrito sentido.

A LUTA CONTRA A MORAL

A desconstrução da moral que se anuncia no século XX é, com efeito, preparada, no plano teórico e filosófico, por duas ideias que têm grande sucesso no século anterior: o darwinismo social e a nova representação do homem construída por Nietzsche. O darwinismo social fornece durante muito tempo um quadro fundamental para pensar as relações sociais. Como na Natureza em que, graças a um processo de selecção, apenas sobrevivem as espécies mais fortes e as mais adaptadas, a sociedade seria, também ela, um lugar de selecção das «espécies» mais adaptadas.

O eugenismo e a sua preocupação com a perfectibilidade do homem vai articular-se particularmente bem com essa teoria. O darwinismo fascina ao mesmo tempo os ideólogos do liberalismo, que nele encontram os propósitos de Hobbes, os conservadores mais arreigados aos valores feudais e os próprios revolucionários (Marx e Engels não escondiam a sua admiração por essa interpretação da História).

O sucesso do darwinismo social deve-se, em parte, ao seu sincretismo que é um dos pontos de aproximação com as ideologias de exclusão. Ele é também, como observa Arno Mayer, ao mesmo tempo «uma ciência e uma crença», constituindo igualmente um ponto em que se procura fundir a cultura na Natureza, confusão que comporta sempre alguns perigos. É talvez por causa dessa síntese que o darwinismo social contribui de forma mais significativa para uma visão do mundo em que a moral pode ser facilmente excluída, porque não conforme às leis naturais.

Um outro ataque directo contra a moral provém de Nietzsche, no século XIX. A visão do mundo que ele nos propõe, como se sabe, divide irremediavelmente a Humanidade em dois planos: de um lado, os fortes, os senhores e, do outro lado, os fracos, os escravos. O sentido da História, para ele, é evidente: houve, num dado momento, uma mudança de perspectiva e os fracos tomaram o poder. Um dos seus instrumentos privilegiados, sobretudo graças à religião, é ao mesmo tempo a «moral», que não é mais do que a apologia

dos pobres, dos fracos, dos miseráveis, e a «cultura», cujo objectivo é «extrair do homem-fera um animal domesticado e civilizado.» (...)

O mundo de Nietzsche é, pois, claramente dicotómico e o seu apelo à destruição da moral – «perigosa por excelência» – faz-se em referência a um passado histórico que nos descreve assim: «Os Celtas eram uma raça absolutamente loira; quanto a essas zonas de população com cabelos essencialmente escuros, que se observa nas cartas etnográficas da Alemanha, feitas com algum cuidado, tem-lhes sido erradamente atribuída uma origem céltica e uma mistura de sangue celta (...), sendo antes uma população pré-ariana da Alemanha que se espalhou por essas regiões. A mesma observação se aplica a toda a Europa: de facto, a raça submetida acabou por retomar a sua preponderância, com a sua cor, a forma reduzida do seu crânio e talvez até os instintos intelectuais e sociais». Nietzsche contribui, pois, claramente para definir um novo mapa da Humanidade, excluindo das fronteiras do humano aqueles que dela não merecem fazer parte. Com a leitura destas linhas, compreendemos melhor, sem nenhuma ambiguidade, a atracção de Hitler pelo filósofo do «super-homem», Hitler que censurava aos judeus, percebemos agora melhor porquê, terem «inventado a consciência».(...)

A ESPECIFICIDADE DA BARBÁRIE MODERNA

Qualquer que seja a importância assumida pelo «homem de Nietzsche» ou pelas teorias saídas do darwinismo social nas representações do homem que vão dominar no século XX, não se poderia ver nelas, é evidente, a única causa do regresso à barbárie que caracterizará esse período. Sem a guerra, essas representações do homem baseadas no racismo e na exclusão nunca seriam actualizadas. Todavia, não terá a própria guerra sido, ela também, um produto dessas concepções claramente antimodernistas e reaccionárias? Como afirmava, apesar de tudo, Hegel na sua apologia do Estado, «esperar que a guerra seja para sempre banida do mundo é absurdo e profundamente imoral. Uma tal hipótese provocaria a atrofia de inúmeras forças essenciais e sublimes da alma humana». E a isso mesmo Nietzsche responderá, aliás como eco, em *Assim falava Zaratustra*: «Pretendem que uma boa causa santifique a própria guerra? Então eu lhes digo: é a boa guerra que santifica qualquer causa».

A guerra que marca os meados do século xx não é uma guerra como as outras. O genocídio que constitui o centro simbólico não é um acontecimento independente das

condições ideológicas em que o conflito se desenrola. Essas condições foram preparadas pela desconstrução da moral comprometida desde há um século.

Como é que esse mecanismo moderno da barbárie entra em acção? Esse movimento vai resultar de uma economia muito particular: poder-se-á, com efeito, compreender a barbárie contemporânea se ignorarmos que cada movimento de afastamento, cada exclusão e mesmo cada crime foi vivido por aquele que o cometeu ou o ordenou como um «benefício»? O crime em tal contexto ideológico não é um reduto, mas sim um acréscimo e uma construção, uma pedra a mais na edificação de uma sociedade «melhor», porque «purificada». Uma das especificidades da barbárie moderna é, pois, a sua articulação com um projecto positivo trazido pela política.

E apenas isso explica o encarniçamento que, até ao esgotamento, subjaz aos grandes massacres colectivos que assinalam o século xx. A barbárie moderna sofreu uma curiosa inversão: vive a sua acção como uma contribuição para um progresso em que a barbárie «clássica» era um apelo o crime puro e gratuito, ao desencadear dos instintos mais selvagens. A temática anti-semita dos nazis é clara sobre esse aspecto, incluindo mesmo o frenesim para prosseguir no genocídio quando sabiam estar já a batalha perdida no plano militar. Freddy Raphael observa, a propósito do extermínio dos doentes mentais na Alemanha nos anos quarenta – aqueles que os nazis consideravam como «existências sem vida» – que os serviços «competentes» tinham sido incumbidos de elaborar uma estatística das economias em numerário e em víveres realizadas graças às «desinfecções».

Lembremos a este respeito que as categorias de doentes assim assassinadas compreendiam, para além dos que eram abrangidos pela legislação racista, os sujeitos «arianos» considerados como doentes mentais, incluindo as pessoas que haviam perdido a razão durante os bombardeamentos. Isso demonstra até que ponto a fronteira da Humanidade pode deslocar-se e, sobretudo, como o crime pode adquirir um valor positivo em tal sistema. A barbárie moderna tem a particularidade, ou se se quiser a originalidade, de ser entendida, mesmo por aqueles que a colocam em prática, como um meio destinado a introduzir uma mudança para uma sociedade melhor, «purificada». É isso, sem dúvida, que torna tão difícil a compreensão desse fenómeno.

O genocídio não releva da loucura dos homens, mas é a aplicação consciente de um plano cujas raízes se devem procurar na tentativa de retorno, sob diferentes formas, a representações pré-modernas do homem. A barbárie contemporânea tem mais do que uma especificidade. Longe de ser, como todos os fenómenos do passado que se lhe aparentavam – e nada tinham a invejar-lhe em termos de violência –, uma violência generalizada e pública, alimentando-se muitas vezes da sua própria publicidade, a barbárie contemporânea

exerce-se no seio de ilhotas bem delimitadas, definidas por um ambiente que, no seu conjunto, permaneceu civilizado e organizado. O segredo que envolve e encobre, com um espesso manto de silêncio, essas ilhotas genocidiárias é, sem dúvida, um dado essencial para compreender os efeitos subterrâneos que provocará essa ruptura da ligação social com a sociedade do pós-guerra. Não mais se poderá compreender a atracção que o problema da transparência na comunicação terá depois, se se não recordar antes a importância da convivência que se estabelece entre o segredo e a barbárie moderna.

O CRIME EM SEGREDO

O exame da política racial posta em prática pelos nazis mostra bem, ao mesmo tempo, esse mecanismo de exclusão, de desconstrução dos valores e da instauração do segredo no momento decisivo em que a acção dos homens quebra a sua ligação social. A política racial dos nazis conheceu, a partir de 1933, diferentes escalões. Os primeiros são assinalados por uma intensa publicidade das medidas tomadas e podemos distinguir aí quatro etapas principais.

A primeira consiste no desenvolvimento de um virulento discurso racista, dirigido principalmente contra os judeus, discurso esse largamente desenvolvido em *Mein Kampf*, e abundantemente subscrito pelas organizações de massa do partido e pela imprensa às suas ordens. Apoiar-se igualmente sobre um número de autores «clássicos» do século XIX.(...) O problema, porém, não é tanto o de designar esta ou aquela raça ou esta ou aquela etnia como superior ou inferior, mas antes impor como tal um critério de exclusão e, sobretudo, fazer admitir a ideia de que a exclusão é a fonte de todo o progresso.

Esse mecanismo está na base do sistema de pensamento nazi. Com efeito, é preciso acrescentar, pois não se trata de um pormenor, que os «doentes mentais», os «degenerados», os homossexuais e os «marginais sociais» estão igualmente destinados à vindicta popular como elementos que arriscam corromper a raça germânica, formada por «magníficos brutos loiros» que tanto agradavam a Nietzsche. Observemos, do mesmo modo, que este discurso tem, ao longo dos anos trinta, efeitos concretos mas limitados na sua amplitude mortífera, apesar do carácter insuportável das agressões e das humilhações racistas. Embora seja considerado por muitos como pouco credível na violência que anuncia, esse discurso tem como efeito deliberado provocar a imigração dos judeus alemães nesses anos trinta.

A segunda etapa da política racial é a implementação, num plano institucional e jurídico, da separação das «raças». As leis raciais de Nuremberga, em 1935, «colocam à administração alemã um tremendo problema de interpretação: como determinar, exactamente, quem é judeu e quem é etnicamente alemão?». É nesse preciso momento que estala todo o verniz científico de que os nazis haviam revestido as suas «teorias» racistas. É na verdade impossível determinar, de forma científica, um qualquer critério de pertença a uma raça. Os decretos de aplicação das leis de Nuremberga assentarão, pois, na filiação e, sobretudo, na religião declarada dos avós (no século XIX, não havia na Alemanha registo civil laico e eram as respectivas comunidades religiosas que dispunham de registos nesse domínio). A instauração de leis raciais, paradoxalmente, devolverá a confiança a um certo número de alemães judeus que voltarão, então, da emigração: valia mais ter um mau estatuto, mas estabilizado pela lei.

A terceira etapa é a organização da deportação (ou seja, da deslocação não-voluntária das populações) que conduzia ao internamento e depois ao trabalho forçado. Esta etapa será a última conhecida e, apesar dos rumores que corriam, muitos pensarão – ou agarrar-se-ão à ideia – que as populações deportadas e, em primeiro lugar, os judeus, estavam «simplesmente» fechados nos campos de trabalho. Essa perda de liberdade que o regime nazi organiza e que vai tornar possível o genocídio, coloca a questão do corpo e da filiação. O poder pode aqui garantir legalmente o corpo – e dele dispor – em nome da filiação. A ligação social é, assim, imediatamente quebrada, não sendo incorrecto, a propósito da política de deportação e do trabalho forçado dos detidos, falar-se em prática de escravatura. O que não é considerado hábito, a não ser como metáfora terrível, encobre de facto uma realidade social e jurídica bem precisa. O escravo é, com efeito, aquele que perdeu toda a sua personalidade e toda a responsabilidade jurídica: em sentido extremo, deixou de ser um homem. É confundido com os objectos e o gado, deixa de ter qualquer legitimidade como parceiro de uma ligação social. No entanto, essa escravatura não se compara de modo nenhum com a escravatura antiga ou bárbara, porque a origem da escravatura era, então, a captura de estrangeiros – por exemplo, na altura das guerras de conquista – e raramente a subordinação de antigos cidadãos ao estatuto de escravos. Em resumo, era-se escravo, porque se deixava de ser um homem, enquanto o nazismo inverte essa figura essencial à manutenção da ordem social jurídica, dado que transforma em escravos aqueles que eram reconhecidos como homens.

O assassinato colectivo da maioria desses deportados, no quadro de uma estratégia deliberada de genocídio, constitui a última etapa desse processo e faz-se acompanhar de uma política de intensivo segredo. O carácter draconiano do segredo não

implicará, evidentemente, que a realidade não tenha extravazado e que uma parte da população alemã não tenha estado mais ou menos ao corrente, embora ao mesmo tempo soubesse que se tratava de um segredo, e, portanto, de informações perigosas de manipular. A capa de silêncio que devia cobrir toda a operação teve ainda como efeito, por exemplo, as dificuldades sentidas pelos historiadores para determinarem, com precisão, a origem da decisão da «solução final», sobre a qual não existem nem textos nem documentos de arquivos precisos.

O segredo é organizado com minúcia, abrangendo todos os níveis da hierarquia e os numerosos funcionários administrativos implicados. Até no interior dos campos é guardado segredo sobre os crimes em massa que aí se cometem. Os nazis organizam mesmo campanhas de desinformação, fazendo, por exemplo, com que os deportados assinem bilhetes-postais que enviam às próprias famílias, precisamente antes de serem liquidados.

Podemos interpretar esta questão do segredo sob diferentes maneiras. Ninguém duvida que havia, entre os nazis, uma preocupação de «eficácia». Se tivesse sido organizada alguma propaganda quanto à sorte real dos deportados, as operações de concentração e de deportação teriam sido, sem dúvida, mais difíceis por causa da oposição das pessoas atingidas. A resistência alemã - por mais fraca que fosse - teria encontrado aí matéria para se desenvolver e a vergonha que cobria o regime nazi no estrangeiro teria crescido ainda mais.

Todavia, talvez esse seja apenas um aspecto do problema. Podemos avançar, de facto, a hipótese de que, sem esse clima de segredo, o próprio sistema nazi teria corrido o risco de implodir a partir do interior. A manutenção do segredo seria, nessa perspectiva, uma medida de conservação tomada pelo próprio regime. O discurso do crime é uma coisa, a sua aplicação é outra bem diferente.

Se a passagem ao acto hitleriano é realmente, como diz Legendre, «um gesto para conduzir à morte o sistema da Lei na cultura», essa morte é também uma ameaça directa para aquele que o comete, qualquer que seja a sua lei.

Um indício dessa consciência da sobrevivência pode ser encontrado na análise do segredo que rodeou a operação *T4*, que consistiu em organizar o assassinato dos doentes mentais alemães. Também aí, como demonstra Freddy Raphael, o silêncio mais absoluto rodeou as operações de concentração nos hospitais especializados e depois a própria eutanásia. A organização burocrática foi concebida com o objectivo de «disfarçar a ligação entre a chancelaria do Führer e o extermínio, e ainda de tornar mais complexa a apreciação do conjunto do projecto». As autoridades deslocavam sistematicamente os doentes até que os parentes deles perdessem o rasto.

A ruptura clara e fundamental da ligação social que o genocídio implica, ameaça a sociedade por inteiro. O desencadear da entropia – para retomarmos uma expressão de Wiener – sugere uma reacção em cadeia sem retorno possível, incluindo para aqueles que a desencadearam. Podemos supor que os nazis tinham uma consciência empírica dessa realidade essencial, que dizia respeito à sua própria sobrevivência enquanto regime. Não é assim tão fácil, apesar de tudo, libertar os homens das amarras da «moral», como revelam as dificuldades que os nazis tiveram, no começo da campanha a Leste, para conseguirem que alguns soldados e oficiais alemães procedessem ao assassinato sistemático dos prisioneiros russos e renunciassem, assim, às «leis da guerra» a que estavam sujeitos. (...)

A DEGRADAÇÃO GERAL DA MORAL

Enquanto genocídio cometido no maior segredo, o massacre dos judeus, acompanhado pelo das «pessoas em viagem», não tem nenhum antecedente histórico. Qualquer tentativa de comparação ou de explicação do genocídio através de «modelos» anteriores contribui para acentuar a sua singularidade. Sabemos que certos historiadores alemães, na sequência de Noite, viram no Gulag soviético um «precedente lógico e factual» do genocídio que seria, assim, «uma reacção, ela mesma fruto da angústia, suscitada pelos actos de extermínio cometidos pela Revolução Russa». Heidegger, por sua vez, defende que os campos de concentração e a bomba atómica derivam da mesma categoria de análise. Outros, enfim, justificam o genocídio pelos «crimes de guerra» cometidos pelos Aliados, sobretudo na altura dos bombardeamentos aéreos, de acordo, aliás, com o sistema de defesa dos nazis no processo de Nuremberga. A existência dessas tentativas suspeitas não deve, contudo, mascarar este facto irreductível: o movimento geral de degradação das condições morais e humanas nas quais o conflito evolui e que não é alheio à emergência e depois ao sucesso, no pós-guerra, de uma nova representação do homem. Este movimento geral implica certos actos bárbaros cometidos por colectivos humanos diferentes - os nazis, os comunistas soviéticos, os Aliados -, mas essas práticas não se explicam umas pelas outras (como tentaram dizer os nazis no processo de Nuremberga ou, actualmente, Noite) e o genocídio dos judeus tem o estatuto de uma singularidade absoluta.

O sobressalto de 1942, deste ponto de vista, foi preparado em profundidade pela mudança de natureza operada no conflito de 1914-1918, em que, em ruptura com as tradições que pretendiam que apenas se opusessem entre si escassas unidades de militares profissionais, algumas dezenas de milhões de civis, em uniforme, foram enviados para a frente para aí serem massacrados uns pelos outros. A mudança de estatuto do «civil» nos

conflitos modernos, corresponde, sem dúvida, a uma mutação importante nas representações do homem. Os crimes cometidos durante a guerra civil russa, depois da revolução de 1917 e a seguir sob a ditadura estalinista, tinham alargado esse caminho. A atitude dos comunistas contra aqueles que eram «excluídos da História» viria a fazer milhões de vítimas, não por um genocídio cometido em segredo, mas através de uma repressão implacável, utilizada publicamente como meio de governar pelo terror.

Deste modo, 1942 corresponde a um acréscimo da brutalidade do conflito tal como tinha sido travado pelos Aliados. Uma verdadeira «revolução moral» intervém nessa época: todas as concepções de base humanista que haviam sido desenvolvidas, defendidas e apoiadas - mesmo ao nível dos governos - a propósito do comportamento a adoptar perante os civis que viviam nos países inimigos, vão afundar-se. A reviravolta moral que vai seguir-se representará um papel importante no empenhamento dos cientistas e dos engenheiros em favor de uma outra utilização do saber. O lançamento da bomba atómica sobre Hiroshima e Nagasaki – que precipita esse afundamento de determinados valores – é o prolongamento de uma lógica que começa com a aceitação da «teoria» do bombardeamento por zonas. Essa «teoria» constitui, sem dúvida, por meio de uma modificação insensível, uma verdadeira ruptura no comportamento moral daqueles que conduziram a guerra pelo lado dos Aliados, certamente mais importante do que a utilização do nuclear propriamente dito, que foi apenas uma consequência.

A prática do bombardeamento aéreo das cidades, com vista a atingir deliberadamente objectivos civis, é inaugurada durante a guerra civil espanhola, em Guernica, pela aviação fascista ao serviço de Franco. Essa prática é logo imediata e vigorosamente condenada pelas democracias. O presidente Roosevelt comparou-a, em 1939, a um acto «bárbaro», suplicando às duas partes que renunciassem a isso. Os nazis, em Roterdão e depois quando da batalha de Londres, voltaram a utilizar obstinadamente a aviação nos meios urbanos. Os bombardeamentos deliberados de civis são, pois, até aí, o exemplo típico da «barbárie fascista». Quando em 1941, depois de analisada a eficácia dos bombardeamentos ingleses sobre a Alemanha, ficou claro que a margem de erro dos pilotos em relação ao objectivo era de dez quilómetros, Churchill ordenou logo a suspensão dos raids sobre a Alemanha

Estes seriam, todavia, retomados em 14 de Fevereiro de 1942, sob o impulso do próprio conselheiro científico de Churchill, Frederick Lindemann, futuro instigador da política nuclear na Inglaterra. Os pilotos da RAF vêem-se, então, incumbidos de um novo objectivo sistemático: «minar o moral do inimigo» graças a bombardeamentos de zona e, depois, ao emprego de técnicas que permite incendiar rápida e sistematicamente bairros inteiros nos centros das cidades. A *Us Air Force* retomará, à sua maneira, essa estratégia,

elevando-a a uma dimensão industrial inigualada, dado que o bombardeamento de algumas cidades alemãs e japonesas escolhidas para destruir o «moral do inimigo», fará, através de algumas ofensivas de bombardeiros, mais de meio milhão de vítimas civis.

Esta nova prática militar é o corolário da escalada em força de um novo ramo militar, a aviação, cujo papel foi progressivamente privilegiado em detrimento das outras armas. Todavia, para lá da querela entre os diferentes ramos, há evidentemente outros jogos. Os militares da aviação constituem uma elite técnica e científica que acalenta, no fim da guerra e a partir dos começos da guerra fria, a esperança, apoiada e largamente sustentada pela corrente isolacionista americana, de que de futuro as guerras se possam travar à distância. «A existência da civilização», declaram então, os chefes da *Us Air Force*, está, de futuro, submetida, «à vontade e ao bom-senso dos homens que controlam a utilização da força aérea».

Toda a estratégia nuclear que vai seguir-se, em particular com a criação, em 1948, do *Strategic Air Command* (a aviação nuclear), inspira-se nessas premissas. O preço desta «eficácia» militar política é, evidentemente, a continuação da ruptura ética que se produziu em 1942, dado que o número de vítimas civis inocentes passa a ser planificado e utilizado como elemento de uma estratégia militar. O primeiro plano de carácter estratégico, elaborado pelo estado-maior americano nos anos cinquenta, tinha realmente por objectivo o aniquilamento de 70 zonas urbanas soviéticas. Esse plano previa milhões de mortos e uma existência «extremamente complicada» (devido às radiações) para dezenas de milhões de sobreviventes.